

Dúvida Pública

Contas que não tranqüilizam

Não há nenhuma dúvida quanto ao aspecto positivo do resultado das contas públicas no ano passado – divulgado nesta semana. Também não há dúvidas quanto ao ponto mais importante: o superávit de R\$ 31 bilhões no balanço primário, que inclui investimentos, receitas e despesas correntes e exclui despesas com juros. Para um setor público que acumulou a má fama de prometer ajuste e entregar déficits, foi uma mudança quase revolucionária.

Alcançar superávit primário significa que o governo é capaz de fazer economia para pagar juros e, assim, impedir o crescimento de sua dívida. Como ocorre em qualquer orçamento, de uma família ou de uma empresa, as coisas vão mal quando não se consegue gerar recursos para pagar juros. É necessário, então, tomar empréstimo novo para pagar o serviço de dívida antiga, de modo que o endividamento se torna progressivo, a caminho da bancarrota.

A dívida pública brasileira nunca foi excessivamente elevada. Atingiu seu pico em fevereiro do ano passado, quando chegou a 51,4% do Produto Interno Bruto (PIB). Não é muito. Na Itália e no Japão, por exemplo, essa relação excede os 100%. O critério internacional considera que uma dívida inferior a 60% do PIB é equilibrada, com duas ressalvas: a dívida deve ser estável ou, de preferência, de-

crescente; e os juros não podem ser elevados a ponto de se transformarem em fonte autônoma de endividamento.

O problema brasileiro estava nas ressalvas. A dívida era ascendente, numa trajetória de juros muito elevados, entre outras coisas, até janeiro de 1999, para atrair capitais externos necessários à sustentação da cotação do real em relação ao dólar.

No ano passado, a dívida cresceu R\$ 130 bilhões em relação a 1998. É exagerado. A maior parte disso decorreu da desvalorização do real em janeiro de 1999. Quase um quarto da dívida é denominada em dólares. Assim, o governo precisou de 50% a mais de reais para honrar esses títulos dolarizados.

Também no ano passado, os juros básicos, que incidem sobre a dívida pública, foram excessivamente elevados não mais para atrair dólares, mas para debelar a instabilidade provocada pela crise financeira. Houve picos de 45% ao ano. Na média anual, a taxa ficou em 25%, extremamente elevada e fonte de endividamento.

No total, a conta de juros no ano passado chegou a astronômicos R\$ 127 bilhões, mais de 12% do PIB! Ou seja, a rigor teria sido necessário um superávit primário quatro vezes supe-



rior ao obtido para pagar os juros e manter a dívida estável. Impossível, claro, pois o setor público já passou a pão e água e o governo aumentou dramaticamente os impostos para fazer o saldo de R\$ 30 bilhões.

Eis aí o outro lado da moeda, o que exhibe a fragilidade das contas públicas. Foi concluído um esforço fiscal inédito, mas que bastou apenas para um quarto da conta de juros. Ao final do ano passado, o déficit nominal, que inclui as despesas financeiras e é o critério utilizado universalmente, por mostrar a verdadeira situação do Orçamento, chegou a 9,5% do PIB. Pelo padrão internacional não pode passar de 3%.

O problema da desvalorização desaparece neste ano. O dos juros diminui, mas continua aí, custando uma barbaridade. A previsão mais comum é de uma taxa básica média de 15% no ano, 10 pontos abaixo da verificada em 1998. Só com isso, o setor público poderá fazer uma economia de perto de R\$ 50 bilhões na conta de juros. Ainda assim, a conta continuará elevada enquanto a taxa básica não cair abaixo dos 10%, o que depende da inflação e do próprio desempenho das contas primárias.

Ou seja, o governo, nos três níveis, precisa

continuar gerando superávit primário, inclusive superior ao do ano passado, como está previsto no acordo com o FMI. Daí a enorme importância da Lei de Responsabilidade Fiscal e das leis referentes à reforma administrativa, todas bem encaminhadas mas ainda não concluídas.

O ajuste feito até aqui é de emergência e baseado na vontade política de Brasília. O

**Um esforço
fiscal inédito
cobriu apenas
um quarto da
conta dos
juros**

governo federal aumentou desproporcionadamente impostos, seguiu os gastos e impôs restrições aos governos estaduais, inclusive resistindo às pressões dos governadores. A longa crise internacional ajudou-o a impor austeridade.

Cessada a tempestade e verificados os bons resultados de 1999, as pressões para relaxar o Orçamento e gastar mais voltaram ao cenário político, ainda por cima em um ano eleitoral. Nesse ambiente, a resistência do governo federal fica minada, a menos que conte com um arcabouço institucional. É exatamente o objetivo daquelas leis: tornar a responsabilidade fiscal permanente.